DELIBERAÇÃO AC01 - G.RC - 1571/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/4860/2015
PROTOCOLO	: 1582375
ÓRGÃO	: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA
JURISDICIONADO	: VICTOR DIB YAZBEK FILHO
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2015
RELATOR (A)	: CONS. RONALDO CHADID

I – EMENTA:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 10/2015. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REGULARIDADE. APROVADO POR UNANIMIDADE

O procedimento licitatório e a formalização contratual atendem os requisitos das Leis 10.520/2002 e 8666/93.

II – RELATÓRIO:

Em exame o procedimento licitatório – Pregão Eletrônico nº 66/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 10/2015, referente a contratação pública celebrada entre a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima- SANESUL e a empresa M. A. Garcez da Costa Ltda.-EPP, visando à aquisição de 272.200 Kg de ácido fluossilícico para utilização nos sistemas de fluoretaçao das gerências regionais da Sanesul.

Encaminhados os documentos, a 5ª ICE (ANP-5ICE-3667/2015 – f. 168/171) constatou que o processo se encontra em consonância com as normas de licitações, contratações públicas.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual conforme parecer acostado às f. 172 (PAR-MPC-GAB.5 DR.JOAOMJR-4900/2015).

III- VOTO:

Relator: Conselheiro Ronaldo Chadid

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório – Pregão Eletrônico nº 66/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 10/2015, referente a contratação pública celebrada entre a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima-SANESUL e a empresa M. A. Garcez da Costa Ltda.-EPP

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, pedido de reserva orçamentaria, nota de empenho, a indicação do objeto e valor estimado acompanhado da pesquisa de mercado, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, publicação do resultado da licitação, Decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer técnico ou jurídico, atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo nº 10/2015 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas. Bem como, o Extrato do Contrato fora publicado e emitida a respectiva nota de empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada aos autos que o procedimento licitatório – Pregão Eletrônico nº. 66/2014 e o Contrato Administrativo firmado sob nº10/2015 foram realizadas de acordo com a Lei 10.520/02 e 8.666/93.

Dessa forma, tenho como suficientes as razões expostas pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, sob o fundamento do art. 120, inc. I e II, da RNTC/MS nº 76/2013, profiro **VOTO pela REGULARIDADE** *do procedimento licitatório, Pregão Eletrônico nº 66/2014 e da formalização do Contrato nº10/2015,* celebrado entre Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima-

SANESUL e a empresa M. A. Garcez da Costa Ltda.-EPP, de acordo com as Leis nº 10.520/02 e a 8.666/93.

Conselheiro Presidente Jerson Domingos:

Com o relator

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral

Com o relator

IV- DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, na Sessão Ordinária de nº 14, de 18 de agosto de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, Aprovado, por unanimidade de votos ACORDAM pela regularidade do procedimento licitatório, pregão eletrônico nº 066/2014 e da formalização do contrato nº 010/2015, celebrado entre Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A - SANESUL e a empresa M. A. Garcez da Costa Ltda. - EPP, de acordo com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93; II) pela comunicação do resultado, nos termos regimentais; DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra; DECISÃO: Aprovado, por unanimidade o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Presidente – Jerson Domingos, Relator - Ronaldo Chadid, José Ricardo Pereira Cabral, bem como o representante do Ministério Público de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Publique-se

Campo Grande 18 de agosto de 2015.